

cds
A

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E
QUINZE**

-----Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Santos e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Armando Cunha Pereira Mota, eleito pelo PSD; e pelo período de cinco dias, Carlos Rogério Oliveira Rodrigues, eleito pelo PS.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta e um Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de um voto de congratulação e louvor, apresentado pelo PSD, à equipa sénior do Andebol Clube de Fafe que conquistou o título de Campeão Nacional da 2ª Divisão, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Também, foi apresentado um voto de condenação e pesar, subscrito por todos os presentes, relativo aos atentados decorridos em Paris, no passado dia 13 de novembro, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Foi, ainda, guardado um minuto de silêncio.-----

-----Tomou a palavra **Armindo Fernandes**, eleito pela PS, para fazer uma declaração, em nome do Partido Socialista, que passou a ler. Saudavam o novo Governo de Portugal, liderado por António Costa, que resultava de um

compromisso político maioritário, alcançado no novo quadro parlamentar, correspondendo assim à vontade, genuinamente democrática, dos cidadãos apostados no virar de página da austeridade, com mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade. Prosseguiu, dizendo que, como tinha referido o Primeiro-Ministro, este era um governo confiante no seu projeto mobilizador para o país, com uma orientação que visava a mudança das políticas, dando prioridade ao crescimento económico, à redução das desigualdades, permitindo assim, com bases mais sãs e sustentáveis, a consolidação orçamental e o equilíbrio das contas públicas. Saudou o Governo pela garantia que tinha dado em fazer vingar um Estado de Direito Democrático, com respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelos compromissos assumidos internacionalmente e no quadro da União Europeia. Mas, também, pela garantia no investimento, no conhecimento e na inovação, na modernização do tecido empresarial e da administração pública, na valorização do território e dos seus recursos, na promoção da saúde, no reforço da coesão e na redução das desigualdades. Saudou, também, a centralidade atribuída à cultura, à ciência e à Educação, como pilares da sociedade do conhecimento, mas, também, por estar certo de que este seria um governo de diálogo e de concertação. Era um novo ciclo, uma nova esperança para todos os portugueses. Afirmou que Fafe e os Fafenses iriam sentir, com toda a certeza, a diferença e que teria valido a pena este voto de confiança, esta viragem, este rumo a um desenvolvimento participado e sentido por todos.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF**, para, publicamente, apresentar a sua solidariedade, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamento que representava, ao colega Joaquim Magalhães, pelo falecimento do pai. Alertou para o fato de, no cruzamento do “Paredes” e na rotunda da auto-estrada, os cidadãos que aí circulavam de carro, serem, desde cedo, incomodados, por pessoas a pedir dinheiro. Não sabia se o Presidente da Câmara tinha conhecimento, uma vez que isto acontecia sistematicamente, sendo quase diário, não lhe parecia correta esta situação e pelo que entendia que não era essa forma das instituições angariarem dinheiro.-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para fazer alguns reparos sobre a alteração do trânsito junto à Escola Secundária e

Escola Carlos Teixeira. Referiu-se ao novo espaço do Parque da Cidade dizendo que faltavam caixotes do lixo, bebedouros e bancos. Entendia que, também, eram necessárias casas de banho dado que apenas existiam na parte mais antiga e que estava quase sempre fechadas. Relembrou uma proposta que tinha sido aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal, em setembro de dois mil e onze, sobre a colocação de cinzeiros à porta dos estabelecimentos de bebidas que não tinham zona de fumadores, proposta essa que nunca tinha entrado em vigor. Falou, ainda, da instalação dos parcometros junto ao recinto da feira semanal. Relativamente à faixa “bus” instalada na avenida do Brasil, a mesma não estava a funcionar, continuando a não haver fiscalização nem GNR, nem da Polícia Municipal. Por fim, alertou para a má sinalização de Fafe, para quem vinha na Auto-Estrada.-----

-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para tecer alguns comentários políticos sobre a intervenção do deputado Armindo Tavares.-----

-----De seguida, usou da palavra **Joaquim Magalhães, eleito pelos IPF**, para tecer alguns comentários políticos e solicitou esclarecimentos sobre a emissão de uma licença, com data posterior à do evento, ao qual dizia respeito .-----

-----Solicitou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD**, que manifestou preocupação com os passos que este Executivo poderia vir a dar, nomeadamente na estratégia educativa do concelho, tendo em conta o financiamento que advém de fundos comunitários para a reforma dos parques escolares e, também, na própria educação no nosso concelho, pelo que entendia que era o momento deste Executivo poder pausar, refletir e analisar a reforma que deveria ser feita. Alertou e sugeriu que o Executivo proporcionasse um desenvolvimento e uma reorganização nesta matéria. Era um financiamento que estava atribuído, para essa mesma reforma, e que, possivelmente nos próximos vinte anos, não haveria outra oportunidade de a mesma se realizar, sendo imperativo levar a efeito essa reforma de forma isenta e ao encontro das necessidades, simplificando-se, acima de tudo, a rede existente. Prosseguiu, alertando para a necessidade de se reestruturar a carta educativa dada a desorganização que no passado havia, entendia que, neste mandato, o Senhor Presidente poderia fazer história, nesta matéria que era fundamental para o

desenvolvimento do concelho, nomeadamente dos jovens. A educação era essencial para os concidadãos, não sendo só a construção de equipamentos, mas também era necessário pensar em reformas. O ensino profissional poderia vir a dar mais oportunidades, sendo importante encontrar soluções para o mesmo.-----

-----Usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para tecer vários comentários políticos sobre a intervenção do deputado Joaquim Magalhães. A semelhança do que já tida tinha na sessão anterior, salientou a urgência da realização de obras de beneficiação na Avenida do Brasil, reforçando a segurança dos alunos que por lá transitam. -----

-----Foi dada a palavra a **Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, eleita pelo IPF**, para falar sobre a realização do Festival “Rock With Benefits” era um festival de cariz solidário, que realizava em Fafe, sendo neste ano a sua quinta edição. Com a consciência da existência de famílias carenciadas, que precisavam de ajuda, este festival surgiu com a intenção de unir entretenimento e beneficência, sendo adotado um pagamento parcial do bilhete em géneros alimentares, não só de forma a baixar o custo da entrada, como também, para angariar um maior número de alimentos. Prosseguiu, dizendo que, desde a criação desse festival, já tinham sido doados cerca de vinte e sete mil toneladas de alimentos, equivalentes a cerca de vinte mil euros investidos, juntamente com os bens entregues pelo público e apoios de patrocinadores. Estas doações permitiram, aos longos destes cinco anos, ajudar cerca de duzentas e cinquenta famílias carenciadas do concelho de Fafe. Salientou que, toda a organização deste evento funcionava em regime de voluntariado, dos músicos aos DJ, passando pela comunicação, produção ou programação e, para além da componente solidária, este festival apostava única e simplesmente em artistas nacionais, com o apoio da Antena 3. Prosseguiu dizendo que, este festival, excluindo os eventos promovidos pelo Município, era o único evento em Fafe com relevância nacional e acompanhado pela imprensa, sendo amplamente publicitado pela Antena 3, rádio oficial do festival. Sendo referenciado em toda a imprensa nacional. Em 2013, Rock With Benefits consolidou o seu nome entre os festivais nacionais depois de ter sido nomeado para o Portugal Festival Awards, em diversas categorias, nestes últimos anos. Para fechar a quinta edição, o Rock With Benefits promoveu

várias iniciativas, com o intuito de promover a marca e o Município de Fafe. A primeira foi, o Rock With Benefits convida Dama, e na segunda com Diogo Piçarra, em setembro. O concerto dos Dama tinha sido, provavelmente, o maior evento musical do ano de 2015, em Fafe, conseguindo atrair quatro milhares de pessoas, um terço delas dos concelhos limítrofes, contribuindo assim para o turismo da cidade e apoiando o comércio local. Era de louvar a perseverança, destes jovens, com bons ou menos bons resultados continuavam a acreditar e a insistir neste projeto.-----

-----Solicitou, de novo, a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para tecer comentários políticos sobre as intervenções anteriores.-----

-----Foi dada a palavra a **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, que começou por cumprimentar Rui Novais, uma vez que tinha lido que ele era o novo líder da bancada do PSD, desejando lhe felicidades. Prosseguiu, dizendo que não concordava com a desorganização que tinha sido referida. No seu entendimento, a educação tinha sido um dos setores mais acarinhados, com a reabilitação de infraestruturas existentes, com construções de novas, com coordenação com os agrupamentos e com as juntas de freguesia.-----

-----De seguida, usou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para tecer comentários políticos.-----

-----De seguida uso da palavra o **Presidente da Câmara** começando por agradecer algumas reparações que tinham sido referidos e prestar os seguintes esclarecimentos:-----

- Sobre os peditórios, nem sempre os mesmos estavam autorizados, a Polícia Municipal iria passar a fiscalizar mais vezes;-----
- Relativamente ao trânsito na escola, foi encontrada aquela solução, na tentativa de melhorar a circulação nas horas de ponto. No início da intervenção tinha havido mais fiscalização, por parte, da GNR;-----
- Sobre o mobiliário urbano, o Parque estava em manutenção e o próximo investimento era precisamente esse. Os bebedouros, papeleiras e bancos, bem como a sinalética. A estrutura de betão iria ser adaptada a balneários e WC;-----
- Sobre os cinzeiros às portas dos cafés, irá verificar a situação;-----

- Relativamente aos parcometros, disse que, os mesmos, eram para regular o estacionamento, salientando que a receita dos mesmos tinha vindo a diminuir;-----

- Na Avenida do Brasil, a faixa Bus era para reservar um espaço para aos autocarros poderem deixar os alunos em segurança;-----

- Sobre as placas da autoestrada, já tinham telefonado ao Concessionário dessa estrada, tendo o sido acordado, a vinda de um técnico a Fafe, para resolução deste assunto;-----

- Sobre a licença de utilização, informou que um grupo de jovens quis fazer uma festa, tendo o Rancho Folclórico de Fafe cedido o espaço. Nessa sexta, encontrava-se no Porto, razão pela qual o despacho, só tinha sido dado na segunda-feira seguinte, tendo, no entanto sido autorizada verbalmente;-----

- Relativamente à estratégia educativa, no orçamento que iria ser discutido a seguir, existia um forte investimento, na recuperação das Escolas Carlos Teixeira e Secundária. O anterior Governo tinha conseguido negociar em Bruxelas um pacote financeiro, destinando à recuperação daquelas escolas, o que não impedia que a carta escolar fosse repensada, existindo um conjunto de pessoas com voz ativa nessa matéria. Partilhava da necessidade de se desenvolver o ensino profissional e, não só. Entendia que a palavra “desorganizada” não tinha a sido a mais adequada, dado que existia um plano com a criação dos agrupamentos, a fusão das escolas, com o qual poderia se ou não concordar;-----

-----Sobre o arranjo da Avenida do Brasil, informou que, em breve, iam começar a proceder ao arranjo dos passeios e melhorar o piso.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia. Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, imediatamente, ao **ponto dois ponto dois – Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 3º trimestre de 2015;**-----

-----Não havendo intervenções, passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa às**

Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016 e demais propostas aí incluídas;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que este, era o penúltimo orçamento deste mandato, e como era fácil de perceber, o mesmo, não tinha grandes novidades, em termos estratégicos. O plano vinha, na sequência das políticas que estavam a ser desenvolvidas, neste Município. Era um orçamento que, a semelhança do que era tradição em Fafe, procurava ser transparente, rigoroso e prudente, com informação o mais detalhada possível. As ações que se pretendiam levar a cabo, mantinham a tônica das preocupações sociais, sendo mantidos os programas existentes, tais como o programa das bolsas de estudo, de apoio ao arrendamento, etc.. Prosseguiu, dizendo que iam manter a prática de trabalhar de braços dados com as juntas de freguesia, transferindo-lhes os recursos necessários, para que pudessem promover um desenvolvimento harmonioso. Seria mantido e desenvolvido o apoio às empresas, tendendo criar empregos e atrair investimentos para o concelho. Os apoios comunitários continuarão a ser aproveitados, em três grandes projetos, a saber, a recuperação da Escola Carlos Teixeira e da Escola Secundária que envolvia um investimento de aproximadamente seis milhões de euros, a realização do nó de Arões e a via estruturante ao longo da zona industrial e, também, a recuperação do Bairro da Cumieira. Existiam quatro grandes obras que estavam com financiamento garantido pelo empréstimo que a Assembleia tinha autorizado, resultante da compensação pela amortização antecipada do empréstimo para aquisição da casas da Urbanização José Saramago, a saber, a Rua de Saibro, em Regadas, de Passos, de Antime a Silvares S. Clemente e o mercado municipal, logo que fosse concedido o visto do Tribunal de Contas, estariam em condições de arrancar com as mesmas. Existia, também, um conjunto de investimentos que, não eram tão relevantes, tais como a requalificação da piscina, do pavilhão e do Multiusos, a remodelação do primeiro piso do edifício da Câmara, incluindo o Salão Nobre, a zona industrial de Regadas, do Socorro e de Arões. Esperava que, o ano de 2016, fosse o ano de arranque das obras. Em termos de fiscalidade, referiu que a proposta que tinha sido apresentada sobre o IMI, nesta Assembleia, poderia ser apreciada até o mês de setembro. No que dizia respeito à derrama, referiu que, era uma velha aspiração dos Fafenses, ter em

Fafe uma derrama mais competitiva, pelo que desceu para 1,2 e nos negócios com mais de 50 mil euros para 0,75. Relativamente ao IRS, tinha sido mantida a devolução aos contribuintes.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF**, para dizer que o documento que lhes tinha sido apresentado, tinha sido concebido por quem tinha obrigação de o fazer, o executivo municipal, que maioritariamente geria a Câmara. Tinham sido as suas opiniões, as suas reflexões e a as suas decisões que, lhes deram corpo, como era normal em democracia. Prosseguiu, dizendo que estavam limitados por um constrangimento incontornável, limitados ao aperto financeiro que vinha perseguindo a atividade autárquica. Afirmou que era justo dizer que se reviam em algumas opções que tinham sido tomadas, como as obras em Passos, em Regadas, em S. Clemente, bem como a demolição do atual mercado e a sua reinstalação, e, ainda, a intervenção a efetuar no Bairro da Cumieira, mas com muita pena, lamentavam que algumas opções, tais como, o corredor verde, a travessia da circular, do centro BTT, a intervenção à sério na Avenida do Brasil, também a pista de cicloturismo onde faltava um balneário, um ponto de água, onde era necessário um aumento da iluminação e a execução de uma faixa para os pedestres que evitasse conflitos com os ciclistas. Era certo que, neste caso, a rubrica existia e estava dotada com a verba que rondava os 40 mil euros, tal lhe parecia manifestamente insuficiente para todas estas ações. Lamentavam, ainda, e mais profundamente a não adoção, já neste orçamento, do IMI familiar, dando corpo a uma recomendação feita, nesse sentido, pela Assembleia. Nestes termos, comunicou que o sentido de voto do IPF deste importante documento, encontrava-se entre a parte em que se reviam e a parte que gostavam que estivesse e, que não estava.-----

-----Foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, que começou por afirmar que, nesta discussão do orçamento, era pena que quarenta anos após o 25 de abril, e enquanto todos criticavam e discutiam que a Europa não funcionava bem e que Portugal tinham umas assimetrias entre o litoral e o interior, ele tivesse de repisar, mais uma vez, que a nível de Fafe, também, existiam assimetrias entre as freguesias, faltando infraestruturas básicas como o abastecimento de água e pavimentação de vias, pelo que teria, de haver solidariedade entre os Presidentes de junta, entre o Executivo, fato

que o levava a dizer, ao Presidente da Câmara, que as freguesias do norte do concelho estavam completamente abandonadas. Questionou o Presidente da Câmara sobre a pavimentação da estrada de Queimadela, porque caso a mesma não fosse executada até 31 de dezembro, iria votar contra este documento. -----

-----Solicitou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD**, para expressar que o Grupo Parlamentar do PSD estava satisfeito e revia-se neste documento. Era óbvio, que todos queriam que este orçamento englobasse todos as obras necessárias para o concelho, no entanto, face ao que vinha do passado, muitas vezes existiam constrangimentos que impediam a concretização de alguns objetivos. Prosseguiu, dizendo que a satisfação do seu grupo se devia, principalmente, ao fato de este Executivo ter reforçado as candidaturas aos fundos comunitários para Fafe, sendo esta uma atitude de louvar. Manifestou satisfação porque tinham visto várias matérias prioritárias, que tinham vindo a ser defendidas ao longo dos anos, versadas neste orçamento tais como, o reforço das zonas industriais, principalmente no nó de Arões, o que irá proporcionar aos empresários mais investimentos e atrair mais emprego para Fafe. Viam, com agrado, a descida da derrama, atendendo que a mesma se refletia nos dois escalões, o que permitia ao nosso concelho competir com outros municípios. Relativamente à vertente social, referiu que a aposta dos centros convívios era fundamental pelo fato de existir zonas desprotegidas, zonas no concelho onde, também, deviam ser criadas boas condições para que os menos jovens pudessem viver em tranquilidade e serenidade. Prosseguiu, admitindo que também existiam outras ações que, também, eram pertinentes relacionadas com a vertente social, o IMI familiar, que, certamente, seria aplicado no próximo ano, não tinha já sido, por uma questão orçamental, o que comprovava o bom rigor que este Executivo tinha. Salientou o apoio ao jovens e lembrou a casa da juventude que o Presidente da Câmara já se tinha comprometido, que irá criar boas condições para que os jovens pudessem partilhar, juntos dos cidadãos e das terras vizinhas, a sua arte musical, o seu empreendedorismo e toda a qualificação que tinham obtido na sua formação.-----

-----De seguida, usou da palavra **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF**, para dizer que, na última Assembleia, os Independentes por Fafe

tinham apresentado um voto de recomendação, no sentido de reduzir o IMI em função do número de dependentes, estando a sua aplicação prática, dependente da vontade da maioria do Executivo, lembrando que esse mesmo voto tinha sido aprovado por maioria, com uma abstenção, manifestando, dessa forma, total concordância para que essa redução fizesse parte do Plano e Orçamento agora apresentado. Para grande surpresa dos IPF, o mesmo não foi contemplado no documento agora em apreciação. Existia disposição em apoiar as empresas, mas não existia a mesma para apoiar as famílias, ficava assim, registado, que Fafe não constava das mais de 200 autarquias que iam dar um desconto na fatura do IMI, às famílias para o próximo ano. Prosseguiu, dizendo que na apresentação do plano para 2015, ou seja, no anterior, tinha registado, com satisfação, que pela primeira vez, estava incluído o orçamento da Naturfafe, mas teria sido uma exceção, atendendo que os dados previsionais da mesma não fazia parte do Plano, este ano. Em 2012, o PSD, então na oposição, apresentou uma proposta na Assembleia que visava a redução da derrama tendo sido rejeitada pelo PS. Em, 2013, os IPF apresentaram um proposta de redução da derrama, nos mesmos termos da proposta apresentado pelo PSD que, também, foi rejeitada pelo PS e pelo PSD. Em 2015, vinha uma proposta do Presidente da Câmara que reduzia em 20% a taxa máxima da derrama, pelo que deduziu que para haver redução de taxas, não deveria haver propostas por parte da oposição. Finalizou, lamentando o fato da requalificação da piscina municipal ou construção de uma nova ter ficado eternamente adiada.-----

-----Usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para informar que, a semelhança do ano passado, tinha que informar que a Lei nº 24/98, relativa ao estatuto da oposição, referia que os membros dos órgãos deliberativos das Autarquias Locais que não estivessem representados no correspondente órgão executivo, tinham o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos Orçamentos e Planos de Atividade, pelo que não entendia que, mais uma vez, a Câmara tivesse ouvido a CDU.-----

-----Foi dada a palavra a **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, que iniciou a sua intervenção dizendo que, este Executivo tinha entrado na segunda fase do mandato. O desafio, agora colocado, era o fato de levar por diante um trabalho de desenvolvimento local que fosse capaz de garantir às mulheres e

aos homens de Fafe, um melhoramento da sua qualidade de vida, de criar estabilidade suficiente para que as empresas decidissem fazer os seus investimentos em Fafe, contribuindo deste modo, também, para a descida da taxa de desemprego, apoiando aqueles que mais tinham sofrido nestes últimos anos. Continuou, dizendo, que era necessário desenvolver oportunidades para os jovens deste concelho, para garantir que eles conseguissem concluir os seus percursos académicos. Entendia, o Partido Socialista, que com este Plano e Orçamento, estavam criadas as condições necessárias para que se chegasse ao final do próximo ano, com uma melhoria das condições de vida dos Fafenses. O PS tinha cumprido com esse compromisso, e o Executivo também, numa época difícil para as pessoas, para as empresas, mas também para as Autarquias, atendendo que, também, elas disponham de menos dinheiro para gastar. Afirmou ser, com muito contentamento, que o Partido Socialista via, mesmos com todas as adversidades, que tinha sido possível reforçar o apoio aos cidadãos a quem o Poder Central tinha falhado, pelo que este orçamento mantinha a sua forma de estar na política, mantendo a sobriedade e a prudência, garantindo que os executivos futuros irão ter uma situação financeira equilibrada, sem dívida excessiva, e, sem estar, por isso, mais condicionado do que aquilo que seria normal e desejado. Este ano, tinha sido um ano muito difícil para as empresas atendendo que não tinha havido QREN, tendo sido um ano charneira entre o QREN e o novo Portugal 2020, estando esperançado que, os próximos dois anos, se relevassem como anos de aproveitamento dos fundos comunitários por parte desta Autarquia. Voltou a aplaudir o esforço que o Município fazia, ao reduzir o IRS, destacando o processo da instalação do Call Center da Randstard, que iria certamente contribuir para a diminuição do desemprego e dinamizar de algum modo o centro da cidade. O reforço da marca "Fafe" era evidente nesse orçamento, mantendo atividades no turismo e na cultura, que tinham trazido vantagens para esta terra, que tinha feito com que as pessoas visitassem Fafe, dinamizando, assim a economia do concelho. Era uma orçamento de crescimento, continuando, assim, a boa tradição de dotar a juntas de freguesia com condições financeiras que lhes permitissem efetuar os investimentos de que as suas populações necessitavam, com uma gestão mais eficiente e mais próxima. Salientou a melhoria das acessibilidades, com o investimento no nó

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

de Arões, o crescimento no setor da educação, com a requalificação das Escolas Carlos Teixeira e Secundária, o crescimento ambiental, com mais investimento no Parque da Cidade, mas, também, na ampliação da rede de abastecimento de água. Terminou dizendo que, por ser um orçamento coerente, equilibrado e de crescimento, o PS entendia que o mesmo era de confiança, pelo que iria votar favoravelmente.-----

-----Por fim foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Monte e Queimadela**, que, também, afirmou que as freguesias do norte estavam, um pouco, abandonadas. Metade da sua freguesia, não era servida de rede de abastecimento de água, o que já deveria estar em andamento. Relativamente à pavimentação da estrada de acesso à sua freguesia, a mesma tinha sido prometido, mas não lhe parecia que a mesma iria ser executada. Assim sendo, se não tivesse a garantia do Presidente da Câmara que a mesma seria executada, teria de votar contra esse orçamento.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que para proceder aos esclarecimentos solicitados, nomeadamente sobre a pavimentação da estrada de Queimadela, tendo informado que até 31 de dezembro a mesma seria executada. Relativamente ao abastecimento de água, estava previsto para o próximo ano um investimento de 575 mil euros. Relativamente ao saneamento, já tinham sido investidos, este ano, cerca de um milhão de euros. Afirmou que no próximo ano, seria mantido esse ritmo, havendo mais 2 milhões de euros de investimento em saneamento, para o ano de 2017, estando já a preparar a candidatura conjuntamente com as Águas do Noroeste, uma vez que tinha sido aberto uma janela, para que, no futuro, se pudesse candidatar a mais projetos. Sobre ao IMI, disse confiar no Departamento de Gestão Financeira da Câmara, que informou que, habitualmente a definição da taxa do IMI era feita juntamente com o Plano para o ano seguinte, podendo a taxa ser definida até setembro de 2016. Entendia que, esse assunto, merecia uma análise mais aprofundada, uma vez que uma família muito abastada e com muitos filhos, teria de se lhe conceder uma isenção, pelo que entendia que deveria ser aferido, também, com os rendimentos da família. Gostaria que isto fosse um estímulo à natalidade, concordando com essa ideia. A recomendação que essa Assembleia tinha feita, seria cumprido. No que dizia respeito à Naturfafa, disse que a mesma tinha acabado, pelo que as contas não precisavam de estar

apresentadas, seriam vertidas na prestação de contas a apresentar posteriormente. Prosseguiu, dizendo que tinha de pedir desculpa à CDU, e que essa situação não voltaria a acontecer.-----

-----Solicitou a palavra **Fernando Manuel Marinho Alves, eleito pelos IPF**, para tecer alguns comentários sobre as respostas dadas pelo Presidente da Câmara relativamente a questão do IMI e da Naturfafa.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Plano e Orçamento para o ano de 2016, **na generalidade, tendo sido aprovado, por maioria, com dez abstenções**.-----

-----De seguida, passou-se à votação na especialidade:-----

1 - Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifica, nos termos e em cumprimento do disposto nos artigos 116ª e seguintes da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido, **aprovado, por unanimidade**;-----

2 - Autorizar a Câmara Municipal a conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos e outros tributos previstos nos regulamentos municipais, até ao montante de 10.000,00 euros nos termos do nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, tendo sido, **aprovado, por unanimidade**;-----

3 - Fixar nos termos do art. 18º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, uma derrama para 2016 de 1,20% e fixar em 0,75% a taxa dessa derrama para as situações previstas no n.º 4 do art. 18º da referida lei (sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse 150.000 €), tendo sido, **aprovado, por maioria, com uma abstenção**;-----

4 - Fixar, nos termos do n.º 3 alínea b), do art.º. 106, da Lei n.º 5/2004 de 10 de Janeiro a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2016, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção**;-

5 - Fixar, nos termos do art.º 26 da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2017, sobre os

rendimentos dos munícipes de 2016, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção**;

6.1 - Dar autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;

c) Resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimento;

-----Aprovado, por unanimidade.

6.2 - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.

6.3 - Que delibere, ainda que, a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão Deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta, tendo sido, **aprovado, por unanimidade**.

-----De seguida, passou-se à votação final, tendo sido **aprovado, por maioria, com dez abstenções**.

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara do Mapa de Pessoal e respetivos anexos – 2016**;

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que existiam algumas restrições que resultavam dos constrangimentos legais que o Governo tinha colocado, impedindo a contratação de pessoas e aumento de encargos com pessoal. Prosseguiu dizendo que existia um conjunto de lugares de técnicos superiores que viam nos mapas anteriores, este ano optaram por não incluir essas intenções de contratação e iam tentar contratar pessoal operário, uma vez que tinha havido bastante aposentações, tendo a Câmara ficado um

pouco diminuída na sua capacidade de intervenção a este nível, portanto pretendiam pedir autorização para contratar oito operários.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF**, para dizer que se depreendia, da leitura do preâmbulo, que antecedia a apresentação do Mapa de Pessoal para 2016, que a grande preocupação era a internalização dos funcionários provenientes da extinção da Naturfafa. Tinha sido sempre a posição do IPF que, essa extinção não deveria resultar em quaisquer prejuízos para os funcionários, que ali prestavam serviços. Prosseguiu dizendo que, também, se depreendia dessa leitura a admissão de mais 8 novos funcionários, não estando, em causa a inclusão de novos postos de trabalho, nem da necessidade de colmatar as carências de pessoal existente. Questionou o Presidente da Câmara sobre a forma como essas vagas iriam ser preenchidas, tecendo vários comentários políticos.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com dez abstenções**.-----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara de alterações de valores dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesias**.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que tinha havido correções dos valores, tendo os Presidentes de Junta já sido informados. Implicavam um aumento global das transferências, na ordem de cinquenta mil euros, havendo um reforço das despesas correntes.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e votação de Proposta da Câmara de alterações ao anexo aprovado em sessão ordinária desta Assembleia de 21/09/2015, e relativo ao processo de dissolução da Naturfafa - Prestação de Serviços de Turismo, Desporto, Cultura e Tempos Livres, CRL**;

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar a esta Assembleia tinha, deliberado, aprovar a extinção da Naturfafa e a internalização do seu pessoal. Em anexo a esse documento, vinha uma caracterização de funções genérica. O rigor dos serviços recomendou que essa

descrição fosse idêntica à existente na Lei, por forma a evitar problemas futuros com o visto do Tribunal de Contas.-----

-----Solicitou a palavra, **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, que solicitou que esse ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, uma vez que não tinha recebido, o anexo com as identificação das referidas alterações.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer que o que tinha sido enviado a todos os membros da Assembleia, era a deliberação da Câmara, a informação interna que tinha sido objeto da deliberação e um documento chamado anexo A, que continha as definições das funções de todo o pessoal, bem como as alterações de natureza funcional que impediam que alguns dos funcionários, por má definição das funções no anexo anterior, pudessem fazer a transição, pelo que o objetivo desta proposta era não impedir e não perturbar a mesma.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto sete – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do processo de dissolução da Naturafafe - Prestação de Serviços de Turismo, Desporto, Cultura e Tempos Livres, CRL – custos com internalização do pessoal no Município**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que era a questão dos custos plurianuais e, uma vez que já tinha procedido à internalização dos funcionários em novembro, existiam custos em 2015 e em 2016.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade**.-----

-----De imediato, passou-se para o **ponto dois ponto oito – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do processo de prestação de serviços de vigilância privada - Feira semanal – ano 2016/2017**.-----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que explicou que pretendia fazer um contrato de prestação de serviços de vigilância da feira

✓ B

semanal, sendo consensual que os serviços da Policia Municipal estavam debilitados, não tinham meios suficientes. -----

-----Solicitou a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa, eleito pelo PSD**, para dizer que verificava que existiam compromissos assumidos plurianuais para a contratação de vigilância privada o que o preocupava, atendendo que, englobava custos significativos, e que esse serviço poderia ser prestado pela Polícia Municipal, acreditando que era uma das melhores do país, pelo que questionou sobre a razão pela qual se pretendia essa contratação.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para referir que nos regulamentos da Polícia Municipal fazia parte a vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, guarda de edifícios ou equipamentos municipais, como era o caso da feira, fazendo todo o sentido ser a Policia Municipal a fazer esta vigilância. Entendia que uma das desvantagem de ser segurança privada, era que os seguranças respondiam a ordem dos seus superiores hierárquicos, e não a ordens diretas da Câmara. Prosseguiu dizendo que existia uma outra hipótese de vigilância que era a GNR. Perguntou se a mesma tinha sido contactada, e, que após ter consultada a tabela de preço da mesma, chegou a conclusão de que esta vigilância ficaria mais barata se fosse feita pela GNR, pelo que questionou o Presidente da Câmara sobre o que faltava à Polícia Municipal para desempenhar a suas funções e qual tinha sido a resposta da GNR à solicitação da Câmara.-----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que esclareceu que faltavam efetivos à Polícia Municipal e à GNR.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com um voto contra**.-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou à votação a ata da sessão extraordinária realizada em doze de agosto de dois mil e quinze, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

-----De seguida, colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e um de setembro de dois mil e quinze, **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Posteriormente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público, tendo solicitado a palavra Américo Castro para solicitar esclarecimentos sobre um artigo publicado no Notícias de Fafe sobre a invasão da escola Carlos Teixeira

por uma senhora, que terá entrado pelo parque de estacionamento, pelo que teria havido negligência por parte do alguém que teria acesso ao comando do portão.-----

-----Solicitou, também, a palavra Fernando Miranda para tecer alguns comentários sobre o Plano e Orçamento e sobre a contratação de segurança privada para a Feira.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e quinze.- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

1 ← ←
Silvia Securi